

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - CONFEST

Síntese do Grupo Estatísticas do Trabalho

Relatora: Jane Souto de Oliveira

14 de novembro de 1989.

III: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - CONFEST.  
ESTATÍSTICAS DO TRABALHO  
(Síntese)

Reunido nos dias 7 e 8 de novembro, o grupo de Estatísticas do Trabalho deu início a suas atividades com a apresentação do elenco de quesitos que, nas diferentes pesquisas — domiciliares e não domiciliares — do IBGE, procuram apreender o Tema Trabalho e Remuneração. A partir desta apresentação, procedeu-se à discussão do conjunto desses instrumentos, de que resultaram as seguintes proposições e recomendações:

1. O Sistema de Estatísticas do Trabalho deve corresponder a um sistema, ao mesmo tempo, consistente e integrado de informações que, sem perder de vista a comparabilidade histórica e internacional, permita captar a heterogeneidade das formas de organização produtiva e de inserção no mercado de trabalho, presentes na economia brasileira. Uma vez que várias fontes de informações incorporam essa investigação, a tarefa que se impõe é a de articular e integrar, numa visão sistêmica, os diferentes instrumentos de aferição, reconhecendo sua complementaridade e evitando duplicações ou lacunas. Isso implica, por um lado, uma reavaliação dos limites e possibilidades que estes instrumentos oferecem à análise comparativa e, por outro lado, a busca de maior articulação entre:

pesquisas estatísticas (do próprio IBGE e de outras instituições) X registros administrativos;

pesquisas censitárias X pesquisas por amostra;

pesquisas domiciliares X não domiciliares.

2. No que se refere especificamente à produção do IBGE, embora se reconheçam os avanços quantitativos e qualitativos a ela incorporados, considera-se que esforços devem ser feitos visando: (i) a uma melhor integração conceitual e metodológica das várias pesquisas; de modo a garantir seu grau

de compatibilização interna e viabilizar seu confronto com as estatísticas provenientes de outras fontes de informação e (ii) a cobertura das lacunas que ainda se apresentam na investigação do tema trabalho e remuneração.

3. Quanto ao primeiro aspecto — o da maior integração —, aponta-se para a necessidade urgente de padronização de conceitos e classificações, principalmente de ocupações e setores de atividade, que dificultam, hoje, a comparabilidade entre os resultados das próprias pesquisas produzidas no âmbito do IBGE, bem como entre estes e aqueles que derivam de outras fontes de informação estatística, como a RAIS.
4. Quanto ao segundo aspecto — o da cobertura de lacunas ainda existentes —, há consenso de que estas dizem respeito, sobretudo, à questão do trabalho agrícola e às atividades vinculadas ao chamado mercado informal urbano.

#### 4.1 - Quanto à investigação do trabalho agrícola:

Reconhecendo que as atividades agrícolas são o "grande ausente" do sistema de estatísticas do trabalho, embora absorvam cerca de 1/4 da PEA brasileira, considera-se prioritário o esforço de investigação das relações de trabalho, na área rural, que poderia ser encaminhado através de dois instrumentos:

##### 4.1.1 - PNAD - Mão-de-Obra

— Reformulação da PNAD, procedendo-se à mudança na amostra e incluindo, no próprio corpo do questionário e a partir de um recorte entre atividades agrícolas e não agrícolas, um elenco de quesitos que permita dar conta da especificidade da ocupação agrícola e, simultaneamente, acompanhar, com menor periodicidade, a tendência à unificação do mercado de trabalho, em curso na economia brasileira. Tal pesquisa deverá se realizar simultaneamente aos Censos Econômicos e pelo menos uma vez nos intervalos censitários, cobrindo o conjunto de regiões da PNAD e contemplando, entre outros, os seguintes aspectos: (i) utilização de mais de um período de re

ferência para a investigação da condição de atividade; (ii) maior adequação das categorias de posição na ocupação, incorporando os trabalhadores volantes à categoria empregados e desagregando-se estes em temporários e permanentes; (iii) investigação da sazonalidade de ocupação agrícola (história de trabalho ao longo do ano) e do recurso a outras formas de trabalho em atividades não agrícolas; (iv) mensuração do trabalho familiar; (v) tamanho aproximado da unidade produtiva; (vi) relação de posse/propriedade da terra.

#### 4.1.2 - Censo Agropecuário:

(i) articulação entre os Censos Industrial e Agropecuário, de modo a que se obtenha uma mensuração correta, dos níveis de ocupação e emprego nos complexos agro-industriais; (ii) aperfeiçoamento dos métodos de mensuração da população ocupada, de modo a que esta venha a incluir não apenas as pessoas contratadas diretamente pelo estabelecimento agrícola, mas também as que o são através de intermediários, em virtude da estratégia empresarial de externalizar os custos de mão-de-obra. Atenção especial deverá ser dada a este cálculo, visando a corrigir a tendência de subenumeração da população ocupada na agricultura sem incorrer, em contrapartida, nos riscos de duplicação aí envolvidos.

#### 4.2 - Quanto à investigação da "economia informal urbana":

Considerando que a crise e o subsequente processo de ajuste econômico dos anos 80 levaram a um aumento das formas atípicas de trabalho, usualmente associadas à economia informal, propõe-se que esta seja objeto de investigação mais detalhada, tanto nas pesquisas domiciliares quanto nas não domiciliares.

##### 4.2.1 - PNAD - Mão-de-Obra:

(i) desagregação maior das categorias de posição na ocupação distinguindo-se empregados públicos — vinculados ou não às estatais, empregados domésticos e empregados particulares na produção e circulação

de mercadorias, por posse de carteira de trabalho assinada e vinculação à Previdência Social); (ii) identificação de local do trabalho e (iii) mensuração do tamanho do "negócio" ou da "firma", para todas as pessoas ocudas, a exemplo do que será feito no C.D -90.

#### 4.2.2 - Censos Econômicos de 90:

— Investigação mais ampla (i) das características do proprietário das pequenas unidades de produção; (ii) das condições de emprego e ocupação; (iii) da origem das matérias primas consumidas e da destinação dos produtos/serviços produzidos por estas unidades, a fim de estabelecer o grau de autonomia/subordinação destas às empresas de maior porte, operando na economia.

— Investigação mais ampla do "Pessoal Ocupado", desagregando-se "Pessoal não ligado à Produção" e indagando-se também o número e não apenas o custo dos trabalhadores sub-contratados ou a domicílio, para todas as unidades de produção, independentemente de seu porte.

4.3 - A par dessas proposições, dirigidas às pesquisas domiciliares e não domiciliares, já em andamento no IBGE, acredita-se que pesquisas especiais sobre o setor informal, abrangendo, pelo menos, algumas áreas metropolitanas, deveriam ser objeto de discussão. Nesse sentido, remete-se à experiência concreta, já realizada pelo México, de investigação do setor informal. Além disso, deveria ser estudada a possibilidade de uma articulação maior entre os Censos Demográfico e Econômicos, de modo a cobrir o universo das pequenas unidades de produção, a exemplo do que é feito, entre outros países, pela Itália e Índia.

5. Além dessas questões, que dizem respeito mais propriamente às lacunas da produção estatística do IBGE, julga-se, ainda, que esforços devem ser dirigidos à própria estruturação interna das pesquisas domiciliares e por estabelecimento, de modo a que, juntamente com a RAIS, permitam uma

visão e um dimensionamento mais acurados do mercado formal de trabalho urbano. Nesse sentido, considera-se fundamental, a par da padronização de conceitos, classificações e cadastros já mencionada anteriormente, que:

- nas pesquisas por estabelecimento se adote a unidade local como unidade de investigação, de modo a se garantir a comparabilidade com o RAIS;
  - no corpo básico da PNAD, se introduza um elenco de quesitos, destinado a avaliar; (i) a situação irregular ou intermitente de trabalho dos inativos, (ii) tempo de permanência no trabalho atual e (iii) trajetória ou inserção anterior no mercado de trabalho dos ocupados. Observa-se, ainda, que este elenco poderia perfeitamente substituir a ênfase desmensurada que, hoje, acompanha a investigação das Pessoas Desempregadas na PNAD, e que não se justifica por ser esta uma pesquisa anual e tomar como período de referência a semana.
6. Há que se observar, ainda, que várias das propostas, aqui enunciadas, no tocante à reformulação das pesquisas domiciliares e não domiciliares, vêm ao encontro de preocupações manifestas em documentos técnicos do próprio IBGE, o que contribui para reforçar a necessidade e a oportunidade de sua implementação.
7. Por último, no tocante à disseminação dos resultados de todas as pesquisas, considera-se que a prática do IBGE, em termos de produção, não vem sendo acompanhada por uma prática compatível, em termos de divulgação. As informações divulgadas, agora serem limitadas em relação ao que se investiga, nem sempre são as mais relevantes para a compreensão do tema, nem tampouco permitem identificar seu marco teórico-explicativo. Há que se rever, portanto, os critérios e formas de divulgação dos resultados de modo a que estes atendam, com maior rapidez e eficácia, aos propósitos de planejamento e pesquisa e às demandas dos demais usuários.

8. Como desdobramento dessas discussões, que pressupõem uma reflexão teórica-conceitual maior, ficou definida uma agenda de reuniões de trabalho, privilegiando os seguintes temas: (a) homogeneização de conceitos e classificação; (b) técnicas, métodos de amostragem e processos de expansão; (c) economia informal; (d) trabalho rural; (e) documentação e disseminação.